

▪

**Produto 09 – Plano de Marketing e
Posicionamento de Mercado Política Municipal
de Turismo e Sistema Municipal de Turismo**

Formatado: Fonte: 20 pt

Formatado: Fonte: 20 pt



2018

Formatado: Fonte: 28 pt

Formatado: Fonte: 16 pt



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONGAGUÁ

ARTUR PARADA PRÓCIDA - PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO MELO GOMES - VICE PREFEITO

VERA LUCIA SILVA JARDIM – DIRETOR DE TURISMO

TENISSON AZEVEDO JUNIOR – DIRETOR DE ASSUNTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA

VALÉRIA BISPO MIRANDA – CHEFE DE SEÇÃO DE TURISMO

RICARDO DOS SANTOS FERREIRA - ARQUITETO

EQUIPE TÉCNICA DA URBATEC SOLUÇÕES

THIAGO FERRAREZI – COORDENAÇÃO DE PROJETO

MURILO V. ZIANI - TURISMOLOGO

LUIS FERNANDO DE MORAES PEREIRA – TURISMOLOGO

RONEI GRELLA - TURISMOLOGO



SUMÁRIO

1	Introdução	8
1.1	O Planejamento do Turismo.....	8
1.2	Metodologia.....	9
2	Caracterização Geral de Mongaguá.....	10
2.1	Localização de Mongaguá	10
2.2	Clima	15
2.3	Geologia.....	25
2.4	Geomorfologia.....	28
2.5	Socioeconômico.....	32
2.5.1	População	34
2.5.2	Índice de Desenvolvimento Humano	36
2.5.3	Atividades Econômicas	37
2.5.4	Produto Interno Bruto.....	39
2.5.5	Educação	Erro! Indicador não definido.
2.5.6	Saúde	Erro! Indicador não definido.
3	política e sistema municipal de turismo.....	40
3.1	Definição de Política e Sistema Municipal de Turismo.....	40
3.2	Diagnóstico do Processo de Gestão Atual.....	43
3.3	A Política Municipal de Turismo e o Sistema Municipal de Turismo de Mongaguá.....	44
3.3.1	Atores.....	44
3.3.2	Diretrizes.....	56

~~Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada~~

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



4 Referências Bibliográficas.....58

~~Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada~~

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Município de Mongaguá.	11
Figura 2 – Mapa 1 - Mesorregião do Litoral Sul-Paulista	12
Figura 3 – Mapa 2 - Macros e Regiões Turísticas do Estado de São Paulo	14
Figura 4 – Mapa 3 - Classificação Climática de Köppen	17
Figura 5- Mapa 4 - Classificação do clima do Estado de São Paulo através do Sistema Internacional de Köppen.....	19
Figura 6 - Mapa 5 - Temperatura Máxima Anual.....	20
Figura 7 - Mapa 6 - Temperatura Média Anual.....	21
Figura 8 - Mapa 7 - Temperatura Mínima Anual.....	21
Figura 9 - Mapa 8 - Precipitações do Município	22
Figura 10 - Mapa 9 – Geologia de Mongaguá/SP.	27
Figura 11 - Mapa 10 – Geomorfologia de Mongaguá/SP.	30
Figura 12 - Mapa 11 – Altimetria de Mongaguá/SP.....	31
Figura 13 - Funcionamento do Sistema Municipal de Turismo.....	42
Figura 14- Política Municipal de Turismo	45
Figura 15 - Configuração do Conselho Municipal de Turismo	55



Tabela 1 - Diretrizes que norteiam o processo de planejamento	9
Tabela 2 – Série Histórica Climática de Mongaguá.....	23
Tabela 3 – Território e População	34
Tabela 4 – Condições de Vida	36
Tabela 5 - Comparação do IDH-M de Mongaguá e do Estado de São Paulo	37
Tabela 6 – Participação (%) de Mongaguá e do Estado de São Paulo em diferentes setores da economia	37
Tabela 7 – Participação dos empregos formais e seus respectivos salários médios (R\$) no município de Mongaguá.	38
Tabela 8 – Emprego e Rendimento.....	38
Tabela 9 – PIB (em reais) de Mongaguá e do Estado de São Paulo.	39
Tabela 10 – Economia.....	40
Tabela 11 – Educação.....	Erro! Indicador não definido.
Tabela 12 – Relação das instituições de ensino do município de Mongaguá.	Erro! Indicador não definido.
Tabela 13 – Relação das instituições de ensino do município de Mongaguá.	Erro! Indicador não definido.
Tabela 14 – Relação dos estabelecimentos de saúde do município de Mongaguá.	Erro! Indicador não definido.
Tabela 15 – Estatísticas da Saúde.	Erro! Indicador não definido.
Tabela 16 - Setores, funções e cargos da Diretoria de Turismo	52



LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 - Estrutura Atual da Diretoria Municipal de Turismo	44
Fluxograma 2 - Proposta de Organograma da Diretoria de Turismo	49



1 INTRODUÇÃO

1.1 O Planejamento do Turismo

A atividade turística, com seu caráter extremamente multidisciplinar e também devido a sua crescente importância para a economia mundial, faz com que seja cada vez mais necessário que sejam criadas ações que guiem a atividade para os caminhos que forem significar uma melhor eficiência e sustentabilidade, além claro, de resultados econômicos. Dias (2003, p.87) afirma que o processo de planejamento “trata-se de orientar a atividade presente para determinado futuro, partindo-se sempre do pressuposto de que existem várias alternativas possíveis”. Já para Ignarra (1990, *apud* SANTOS, 2003, p.2):

[...] o planejamento é um processo contínuo de tomada de decisões, onde se prevê o curso dos acontecimentos e a situação futura desejada. Assim, deve ser sistemático e flexível para que se atinjam os objetivos determinados, tornando um processo lógico de pensamento, onde se aborda racionalmente e cientificamente os problemas identificados ao se analisar a realidade.

Já Petrocchi diz que o planejamento deve “estabelecer objetivos para o destino de turismo e determinar métodos para alcançá-los”. É importante também compreender a importância do planejamento turístico no âmbito socioambiental do município. Para Braga

[...] o processo de avaliação do núcleo receptor (comunidade, oferta turística e demanda real) da demanda potencial e de destinos turísticos concorrentes, com o intuito de ordenar ações de gestão pública direcionadas ao desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, fornecer direcionamento à gestão privada para que ela estruture empreendimentos turísticos lucrativos com base na responsabilidade socioambiental

Para que o desenvolvimento estruturado da localidade ser concebido, é imprescindível uma parceria entre gestores públicos e privados, conselhos de classe, e a população para que se possa construir um produto turístico consolidado. É aí que entra o planejamento turístico.

Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Título 2

Formatado: Recuo: À esquerda: 1,25 cm

Formatado: Recuo: Primeira linha: 1,25 cm

Formatado: Fonte: Itálico

Formatado: Citação

Formatado: Recuo: Primeira linha: 1,25 cm

Formatado: Citação Char

Formatado: Citação

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



A partir disso, são criadas as políticas públicas de turismo, que tem como objetivo ordenar a atividade turística e fazer parte do processo de planejamento governamental (HALL, 2004), podendo ser entendidas também:

[...] como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberativas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território

Formatado: Citação

.(CRUZ, 2002, p.40)

O planejamento turístico está ligado diretamente a sete perguntas, mostradas conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 - Diretrizes que norteiam o processo de planejamento

As sete perguntas básicas que norteiam o processo de planejamento	
O quê?	<u>Define o objeto do planejamento</u>
Por que?	<u>Define os objetivos e as justificativas</u>
Quem?	<u>Define os atores e os destinatários do planejamento</u>
Como?	<u>Define a metodologia</u>
Onde?	<u>Define o local</u>
Quando?	<u>Estabelece o cronograma as atividades a serem empregadas</u>
Quanto?	<u>Define os recursos (humanos, matériase financeiros) necessários a serem empregados a fim de atingir as metas programadas</u>

Tabela formatada

Fonte: Ignarra, 2003

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito

Ao se responder as perguntas do quadro, podem-se obter um plano, documento abrangente ao qual este se encontrará inserido.

Formatado: Recuo: Primeira linha: 1,25 cm

1.2 Metodologia

Formatado: Título 2

A metodologia desta pesquisa faz uso da pesquisa qualitativa e descritiva, além de propostas e modelos de gestão. Os métodos de estudo são a análise de dados previamente obtidos em documentos anteriores a este, mais especificamente o Diagnóstico e o Inventário Turístico de Mongaguá, junto com uma análise crítica baseada na literatura disponível. (GIL, 1996)

Formatado: Recuo: Primeira linha: 1,25 cm

Este documento tem como finalidade a produção de duas ações diferentes: Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



- 1) A Criação da Política Municipal de Turismo e do Sistema Municipal de Turismo;
- 2) A Criação de uma Política de Fortalecimento do Turismo Interno, com ênfase na Iniciativa Privada.

Em relação a criação da política e do sistema municipal de turismo, busca-se com esta ação a ordenação e normatização do processo de tomada de decisão, buscando uma gestão compartilhada da atividade turística, a fim de que todos os setores envolvidos, público, privado e sociedade civil, participem da gestão do turismo do município.

2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DE MONGAGUÁ

2.1 Localização de Mongaguá

O município de Mongaguá está situado na região Sudeste do Brasil no Estado de São Paulo. Localiza-se a uma latitude 23° 39' 5.43" Sul e uma longitude 46° 51' 7.87" Oeste. Abrange uma área de 141.965 km², em uma altitude média de 2 metros.

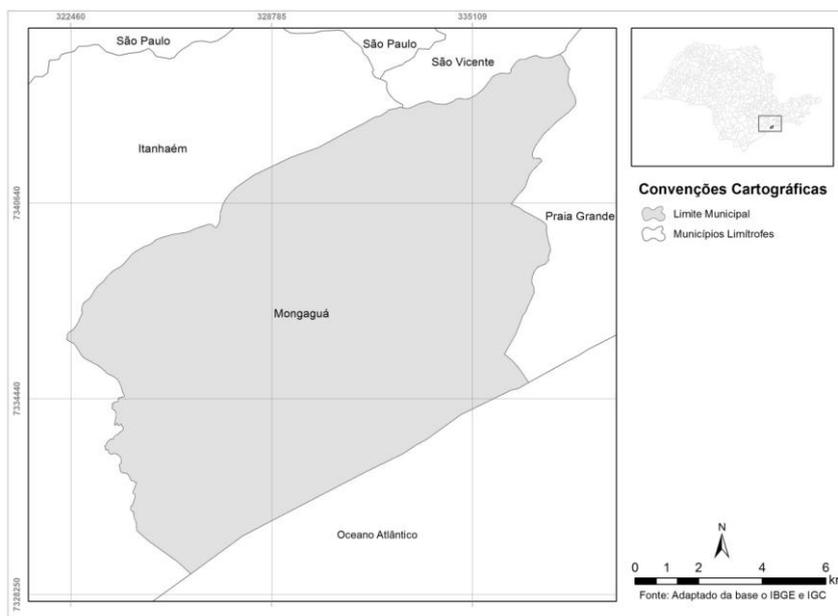
Formatado: Parágrafo da Lista, Numerada + Nível: 1 + Estilo da numeração: 1, 2, 3, ... + Iniciar em: 1 + Alinhamento: Esquerda + Alinhado em: 1,88 cm + Recuar em: 2,52 cm

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



Figura 1 – Localização do Município de Mongaguá.



[MZ1] Comentário: Negritar as legendas, fonte Arial 10

Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=353110>

[MZ2] Comentário: Negritar apenas a parte FONTE, arial 10

O município de Mongaguá está situado na Mesorregião do Litoral Sul Paulista. A mesorregião do Litoral Sul Paulista é uma das quinze mesorregiões do estado brasileiro de São Paulo. É formada pela união de dezessete municípios agrupados em duas microrregiões (Itanhaém e Registro). Esta mesorregião abrange cerca de 13.200,893 km² com uma população estimada em 498.216 hab. (2010), de densidade demográfica em 37,7 hab/km².

Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em microrregiões. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa.

Microrregião é, de acordo com a Constituição brasileira de 1988 (art. 25, §3º), um agrupamento de municípios limítrofes. Sua finalidade é integrar a organização, o

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito

[Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada](#)



planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual.

Figura 2 – Mapa 1 - Mesorregião do Litoral Sul-Paulista

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=353110>

A mesorregião é composta pelos municípios Itanhaém, Itariri, Mongaguá, Pedro de Toledo, Peruíbe, Barra do Turvo, Cajati, Cananeia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Registro e Sete Barras.

O município de Mongaguá localiza-se na microrregião de Itanhaém que é composta pelos municípios de Itanhaém, Itariri, Mongaguá, Pedro Toledo e Peruíbe. A microrregião de Itanhaém é uma das microrregiões do estado brasileiro de São Paulo pertencente à mesorregião Litoral Sul Paulista. Sua população foi estimada em 2010 pelo IBGE em 218.840 habitantes e está dividida em cinco municípios. Possui uma área total de 2.012,292 km².

O Estado de São Paulo está ordenado em 34 regiões turísticas que se encaixam dentro de 15 macrorregiões. Tal divisão foi feita por dirigentes municipais (conselhos, prefeituras, coordenadorias e secretarias). Levou-se em consideração a proximidade geográfica e a afinidade entre produtos turísticos, como história e

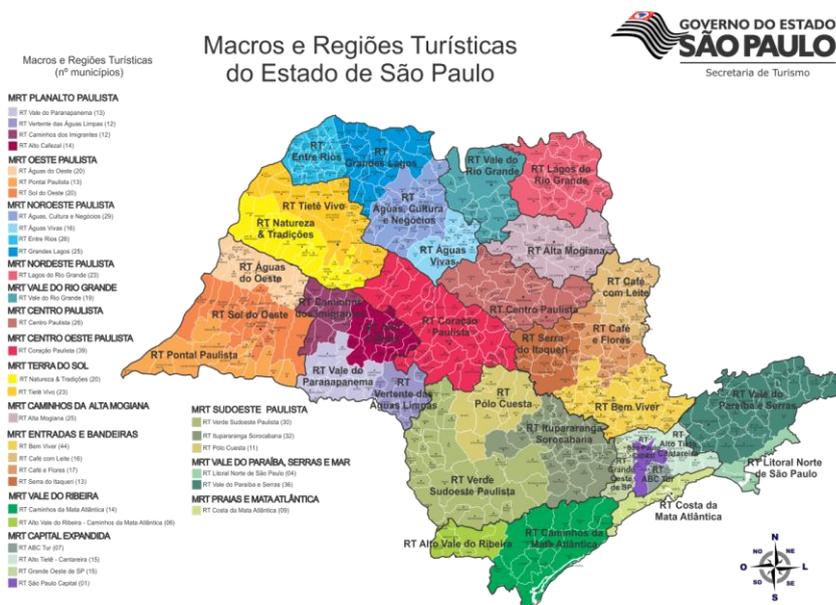
[Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada](#)

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



atrativos. Esta forma de organizar o Estado foi criada para facilitar a aplicação e o desenvolvimento de programas e projetos.

Figura 3 – Mapa 2 - Macros e Regiões Turísticas do Estado de São Paulo



Fonte: <http://www.turismo.sp.gov.br/regioes/regioes-turisticas.html>

O município de Mongaguá está localizado na RT Costa da Mata Atlântica, composto pelos municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

A **Costa da Mata Atlântica** é o selo turístico criado para a região que abrange as nove cidades da Baixada Santista: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. A marca, criada em 2003, pelos Santos e Região CVB e as nove prefeituras da região, segue uma tendência mundial e torna o destino muito mais atraente. Com apelo internacional, o nome agrega o valor da Mata Atlântica às praias e ao mar.

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



Desta forma, as nove cidades formam um único destino, com diversas opções: praias, ecoturismo, lazer, aventura, esportes, gastronomia, história, cultura e negócios. Com opções para todos os gostos, cada município tem suas peculiaridades, mas se completam entre si e oferecem 161 km de litoral, mata atlântica em abundância e uma estrutura para eventos e negócios de alta qualidade.

O destino integra o agito e o desenvolvimento de uma região metropolitana, com as belezas naturais típicas do litoral e da mata atlântica e o bucolismo nato das cidades históricas, para oferecer uma região única para cada visitante.

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) foi a primeira região metropolitana sem a participação de capital de estado criada no Brasil. Instituída pela Lei Complementar Estadual nº 815, de 1996, a região caracteriza-se pela grande diversidade de funções presentes nos municípios que a compõem. Em 2008, o Produto Interno Bruto (PIB) da região chegou a R\$ 41 bilhões, com uma participação de 4% no PIB do Estado.

Além de contar com o Parque Industrial de Cubatão e o Complexo Portuário de Santos, a RMBS desempenha funções de destaque no estado, com atividades industriais e de turismo, e outras de abrangência regional, como as relativas aos comércios atacadista e varejista, ao atendimento à saúde, educação, transporte e sistema financeiro. Além disso, a região possui uma grande variedade de atividades de suporte ao comércio de exportação, originadas pelas operações no complexo portuário.

Nove municípios fazem parte da Região Metropolitana da Baixada Santista: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

2.2 Clima

O Brasil, pelas suas dimensões continentais, possui uma diversificação climática bem ampla, influenciada pela sua configuração geográfica, sua significativa extensão costeira, seu relevo e a dinâmica das massas de ar sobre seu território. Esse último fator assume grande importância, por atuar diretamente sobre as temperaturas e os índices pluviométricos nas diferentes regiões do país (CIAGRO, 2015). Em especial, as massas de ar que interferem mais diretamente no Brasil,

[Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada](#)

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



segundo o Anuário Estatístico do Brasil, do IBGE, são a Equatorial, tanto Continental como Atlântica; a Tropical, também Continental e Atlântica; e a Polar Atlântica, proporcionando as diferenciações climáticas (CIIAGRO, 2015).

O clima de uma dada região é condicionado por diversos fatores, dentre eles pode-se citar temperatura, precipitação, umidade relativa do ar, ventos e pressão atmosférica, os quais, por sua vez, são condicionados por fatores como altitude, latitude, morfologia do relevo, vegetação e continentalidade. De acordo com a classificação climática de Arthur Strahler, predominam no Brasil cinco grandes climas (CIIAGRO, 2015):

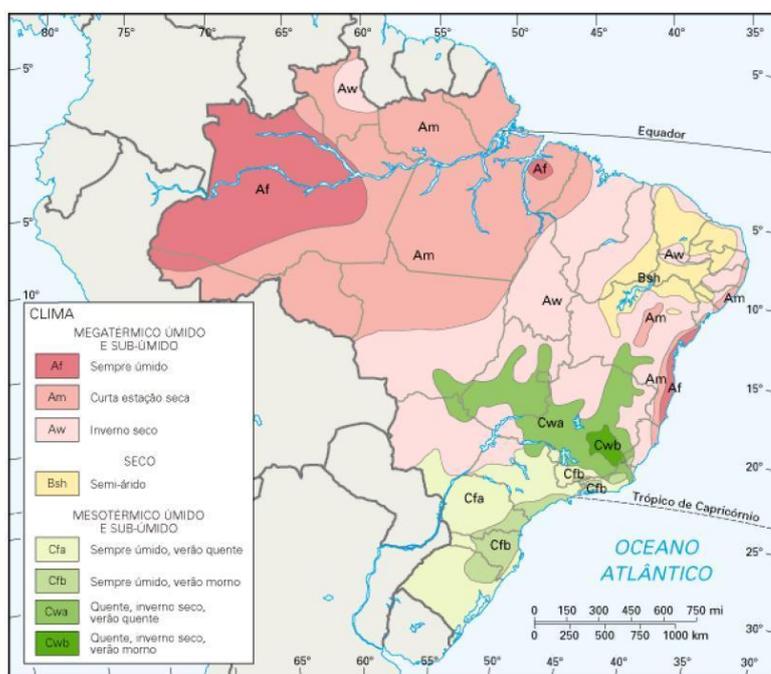
- Clima Equatorial Úmido: da convergência dos alísios, que engloba a Amazônia;
- Clima Tropical Alternadamente Úmido e Seco: englobando grande parte da área central do país e litoral do meio-Norte;
- Clima Tropical Seco: tende a ser seco devido à irregularidade da ação das massas de ar, englobando o sertão nordestino e vale médio do rio São Francisco; e
- Clima Litorâneo Úmido: regiões expostas às massas tropicais marítimas, englobando estreita faixa do litoral leste e nordeste;
- Clima Subtropical Úmido: abrange costas orientais e subtropicais, dominado largamente por massa tropical marítima, englobando a Região Sul do Brasil.

Na classificação climática de Köppen-Geiger (considerada o sistema de classificação global dos tipos climáticos mais utilizados em geografia, climatologia e ecologia) é baseada no pressuposto, com origem na fitossociologia e na ecologia, de que a vegetação natural de cada grande região da Terra é essencialmente uma expressão do clima nela prevalente (CIIAGRO, 2015). Assim, as fronteiras entre regiões climáticas foram selecionadas para corresponder, tanto quanto possível, às áreas de predominância de cada tipo de vegetação, razão pela qual a distribuição global dos tipos climáticos e a distribuição dos biomas apresenta elevada correlação, como se observa na Figura 4.



Na determinação dos tipos climáticos de Köppen-Geiger são considerados a sazonalidade e os valores médios anuais e mensais da temperatura do ar e da precipitação. Cada grande tipo climático é denotado por um código, constituído por letras maiúsculas e minúsculas, cuja combinação denota os tipos e subtipos considerados (CIIAGRO, 2015).

Figura 4 – Mapa 3 - Classificação Climática de Köppen



Fonte: Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP).

O Estado de São Paulo é cortado pelo trópico de Capricórnio e possui praticamente todo seu território entre os paralelos 20 e 25 sul. Tipicamente tropicais. A maior parte dele, devido às áreas montanhosas de altitude, as temperaturas é amena, sendo tropical de altitude. As chuvas são em geral abundantes, sobretudo no verão, tornando o clima, tropical úmido, uma condição

[Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada](#)

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



que favorece enormemente a agricultura e a pecuária em geral.¹

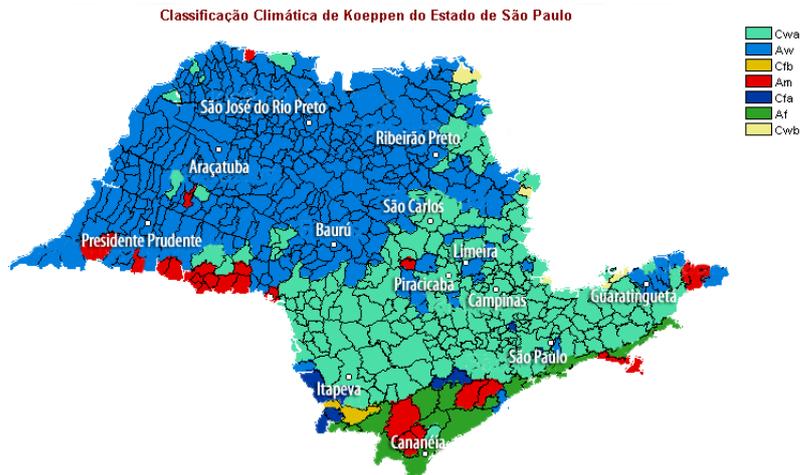
Segundo a classificação de Köppen no Estado de São Paulo predomina o clima tropical e o temperado úmido. O tropical A se subdivide em Af - tropical úmido sem estação seca e Aw- tropical úmido com inverno seco. Os climas temperados úmidos Cse subdividem em Cwa - quente com inverno seco, Cwb - temperado com inverno seco, Cfa - quente sem estação seca e Cfb - temperado sem estação seca (CEPAGRI, 2015).

O tipo dominante no Estado de São Paulo é o Cwa, que abrange toda a parte central, sendo caracterizadas como clima tropical de altitude, chuvas no verão e seca no inverno, temperatura média do mês mais quente superior a 22°C. Algumas áreas serranas, com o verão ameno são classificadas no tipo Cwb, temperatura média do mês mais quente inferior a 22°C e durante pelo menos quatro meses é superior a 10°C (CEPAGRI, 2015).

¹ Disponível em: <http://www.ciiagro.sp.gov.br/climasp/conceituacao.html>



Figura 5- Mapa 4 - Classificação do clima do Estado de São Paulo através do Sistema Internacional de Köppen



Fonte: Mapa adaptado. Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas a Agricultura (CEPAGRI, 2015).

As regiões a Noroeste do Estado, mais quentes, pertencem ao tipo Aw, tropical chuvoso com inverno seco e mês mais frio com temperatura média superior a 18°C. O mês mais seco tem precipitação inferior a 60 mm e com período chuvoso que se atrasa para o outono. Em pontos isolados ocorre o tipo Am que caracteriza o clima tropical chuvoso, com inverno seco onde o mês menos chuvoso tem precipitação inferior a 60 mm. O mês mais frio tem temperatura média superior a 18°C (CEPAGRI, 2015).

No Sul do Estado aparecem faixas de clima tropical, com verão quente, sem estação seca de inverno, do tipo Cfa onde a temperatura média do mês mais frio está entre 18°C e -3°C mesotérmico. As áreas serranas, mais altas, das serras do Mar e da Mantiqueira, com verão ameno e chuvoso o ano todo têm o clima classificado como Cfb de verão um pouco mais ameno, onde o mês mais quente tem temperatura média inferior a 22°C (CEPAGRI, 2015).

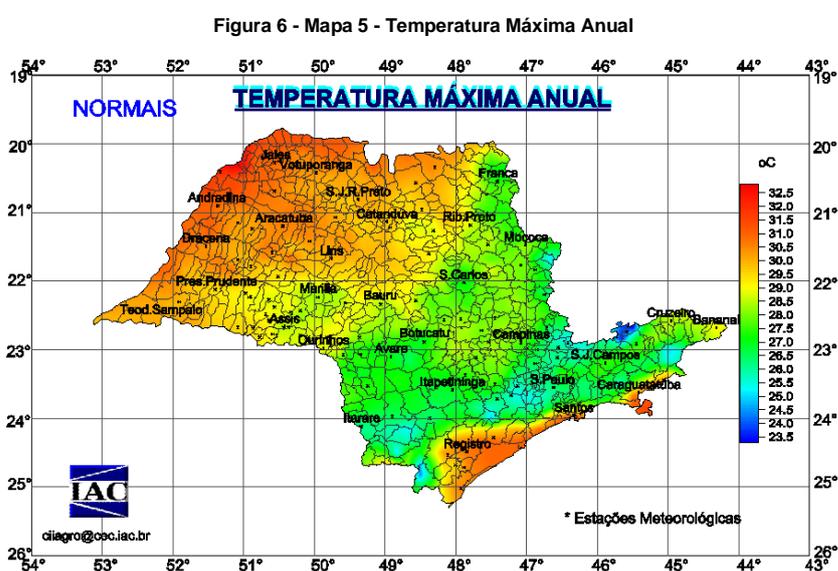
[Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada](#)

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



A faixa litorânea recebe a classificação Af, caracterizada pelo clima tropical chuvoso, sem estação seca com a precipitação média do mês mais seco superior a 60 mm (CEPAGRI, 2015).

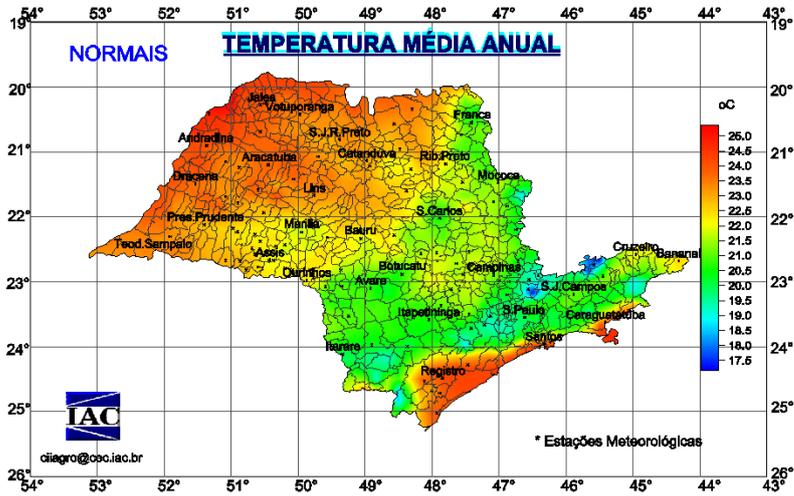
As faixas médias anual das temperaturas máximas, média e mínimas no Estado de São Paulo estão representadas nas Figuras 7, 8 e 9, respectivamente.



Fonte: Centro Integrado de Informações Agro meteorológicas, 2015.

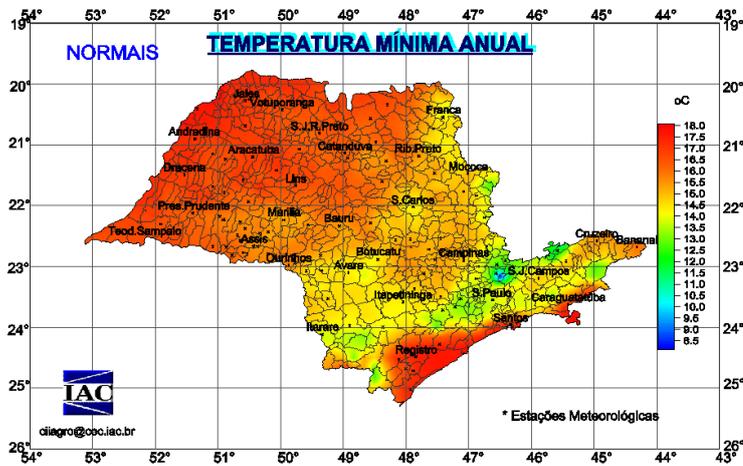


Figura 7 - Mapa 6 - Temperatura Média Anual



Fonte: Centro Integrado de Informações Agro meteorológicas, 2015.

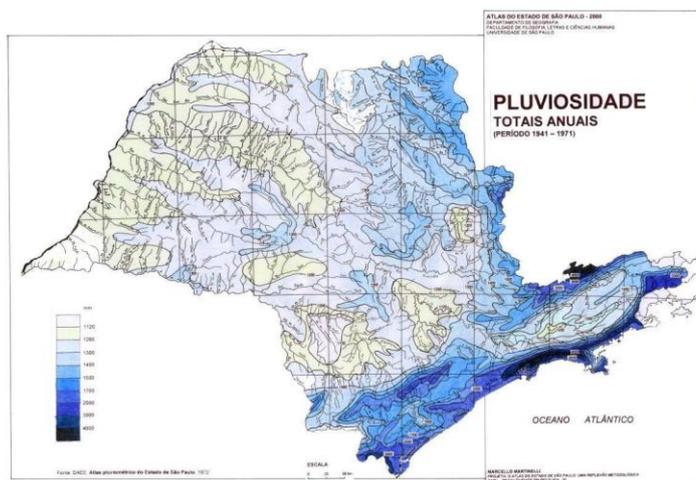
Figura 8 - Mapa 7 - Temperatura Mínima Anual



Fonte: Centro Integrado de Informações Agro meteorológicas, 2015.



Figura 9 - Mapa 8 - Precipitações do Município



Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), 2000.

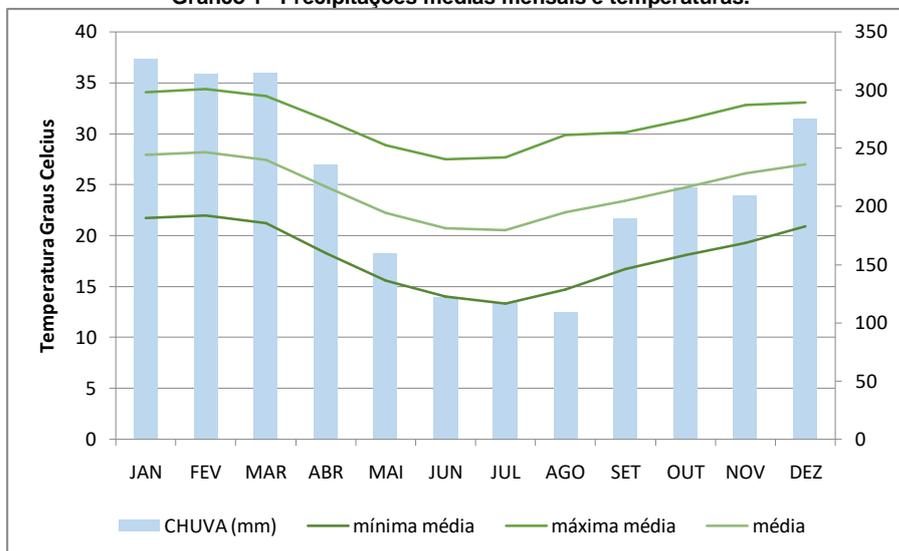
Segundo a classificação climática de Köppen o município de Mongaguá/SP está no domínio climático Af, que caracteriza-se como subtropical úmido. A distribuição de chuvas compreende o período primavera – verão. No inverno, as regiões abrigadas são as que mais se ressentem da redução da pluviosidade. O clima da RMBS (Região Metropolitana da Baixada Santista) é influenciado por massa de ar tropical atlântica, com características quente e úmida, e por massa de ar polar atlântica, fria e úmida. O confronto destas duas massas de ar na estação do verão, junto com os fatores climáticos da Serra do Mar, produz grande instabilidade, traduzida em elevados índices pluviométricos, colocando a região entre as áreas onde mais chove no Brasil. O clima é tropical chuvoso, sem estação seca e com a precipitação média do mês mais seco superior a 60mm, conforme classificação Af de Koeppen.

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada



Gráfico 1– Precipitações médias mensais e temperaturas.



Fonte: http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_351.html

Os dados apresentados na figura anterior frente ao comportamento climático do município de Mongaguá/SP quanto a pluviometria e a temperatura média, com base numa série histórica, estão apresentados na tabela à seguir

**Tabela 2 – Série Histórica Climática de Mongaguá.
Classificação Climática de Koeppen: Af**

MÊS	TEMPERATURA DO AR (C)			CHUVA (mm)
	mínima média	máxima média	média	
JAN	21,7	34,1	27,9	326,6
FEV	22	34,4	28,2	313,8
MAR	21,2	33,7	27,4	315,3
ABR	18,3	31,4	24,8	235,5
MAI	15,6	28,9	22,2	160
JUN	14	27,5	20,7	121,8
JUL	13,3	27,7	20,5	117,8
AGO	14,7	29,9	22,3	108,6

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito

[Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada](#)



SET	16,7	30,1	23,4	189,3
OUT	18,1	31,4	24,7	215,7
NOV	19,3	32,8	26,1	209,4
DEZ	20,9	33,1	27	275,1
Média				
Ano	18	31,2	24,6	2588,9
Min	13,3	27,5	20,5	108,6
Max	22	34,4	28,2	326,6

Fonte: http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_351.html

A relação clima-turismo tem realizado numerosas reflexões. Estas reflexões têm se ordenado mediante três posturas diferenciadas. A primeira considera que a atração do clima, como elemento do meio natural, é suficiente para explicar a maior parte dos centros e fluxos turísticos. A segunda reforça que todo clima é potencialmente turístico. A terceira, no meio do caminho entre as anteriores, põe em evidência o papel dos fatores climáticos nos comportamentos turísticos e, às vezes, manifesta a necessidade de avaliar o potencial de atração dos diferentes climas de um território. [...] Os diferentes elementos ambientais que acomodam um território não são considerados unicamente nestes novos projetos como suportes das atividades turísticas, sem que também sejam considerados como fatores ativos que participam na elaboração de um produto de qualidade. Entre todos estes elementos, cuja consideração é necessária para realizar um planejamento coerente, de acordo com as novas exigências da demanda, merece ser destacado o clima. (MARTÍN, 2005, p.21-22).

O clima em Mongaguá interfere diretamente no fluxo de turistas. Por se tratar de um turismo realizado principalmente pelo turismo sol e praia, quando as condições climáticas não são favoráveis o turista não se desloca até o município na mesma intensidade quando as condições de altas temperaturas ocorrem. Trabalhar para romper a sazonalidade gerada pela própria característica do município (cidade litorânea) é um dos desafios aos gestores do turismo no município e Mongaguá. Tais ações devem promover maiores interações entre os diversos nichos turísticos e

[Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada](#)

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



estimular a presença do turista nas outras atrações turísticas, como a religiosa, turismo rural, entre outras.

2.3 Geologia

A evolução geológica do litoral paulista foi condicionada por dois conjuntos de fenômenos, com distintas escalas temporais. O primeiro está ligado ao soerguimento da Serra do Mar e subsequente subsidência da Bacia de Santos, relativos às reativações tectônicas ocorridas no final do Cretáceo (Almeida, 1976). O segundo é relacionado às variações do nível do mar durante o Quaternário. No litoral paulista, Suguio & Martin (1978) registraram a existência de dois eventos transgressivos-regressivos denominados de Cananéia e Santos, com idades relativas ao máximo transgressivo de 120.000 e 5.100 AP respectivamente.

Esta evolução geológica determinou a geomorfologia da linha de costa paulista e da plataforma continental adjacente. A ilha de São Sebastião é considerada o principal marcador geomorfológico tanto da linha de costa como da plataforma continental interna. Nesta região, ocorre uma mudança na direção geral da linha de costa, de NE-SW ao sul da ilha de São Sebastião para E-W ao norte. Na porção ao sul da Ilha de São Sebastião, a plataforma continental possui isóbatas equidistantes e paralelas à linha de costa, até a região próxima da isóbata de 100 metros. Sua composição é predominantemente arenosa. Na direção norte, a partir da ilha de São Sebastião, este comportamento se altera, tornando-se bastante irregular, com um aumento da declividade na plataforma interna, próximo à ilha. As isóbatas se distribuem com espaçamento variável apresentando estreitamento e aumento da declividade na plataforma, sobretudo entre as profundidades de 80 e 110 metros. A maior complexidade do relevo submarino favorece a deposição de lamas (Zembruski, 1979).

A configuração das isóbatas indica, também, a existência de vários canais e vales submarinos que cortam a plataforma continental, destacando-se os canais Cananéia, Queimada Grande, São Sebastião e Búzios (Zembruski, 1979).

Estas feições foram desenvolvidas em nível de mar mais baixo e apresentam

[Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada](#)

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



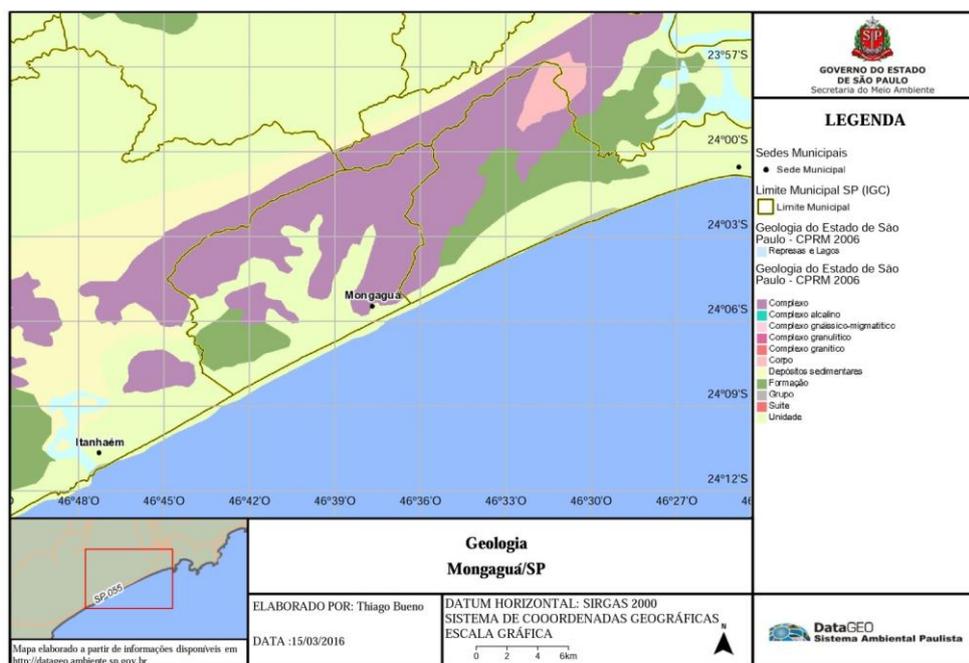
expressão no fundo marinho atual. Já a costa é marcada pela existência do alinhamento oblíquo da Serra do Mar e por planícies sedimentares quaternárias individualizadas sendo estas maiores na porção sul do litoral. Esta configuração da costa paulista permitiu a compartimentação em dois setores distintos, sul e norte. A porção sul, que se estenderia da Ilha Comprida até a Praia Grande, seria então caracterizada pela presença de praias extensas, contínuas, retílineas existentes em grandes planícies costeiras. A porção norte entre a Ilha de São Sebastião até Ubatuba seria caracterizada por uma costa recortada (devido à proximidade da Serra do Mar), com a presença de diversas baías e enseadas e também de praias de pequenas dimensões (também conhecidas como praias de bolso) e orientações.

O trecho entre Santos e Ilha de São Sebastião apresenta características de ambos os segmentos, sendo considerada como uma zona de transição entre estes. Os sistemas de drenagem do litoral paulista estão limitados a maior ou menor distância da Serra do Mar, sendo a bacia do rio Ribeira de Iguape a mais extensa. As demais bacias hidrográficas de expressão regional seriam: Una do Prelado, Itanhaém, Itapanhaú e Juqueriquerê. Características originais destas bacias de drenagem mostram-se, muitas vezes, alteradas, em decorrência da atividade minerária e do processo de ocupação. Estudos sobre características hidráulicas destes rios são bastante raros, exceto aqueles correspondentes ao rio Ribeira de Iguape. Alguns estudos mostram correlações entre as vazões dos rios e a pluviosidade local. A classificação mais recente da costa paulista foi efetuada por Ponçano et al. (1999), que indicaram a existência de cinco grandes compartimentos: Cananéia a Praia Grande, Santos a Bertioga, Bertioga a Toque-Toque, Toque-Toque a Tabatinga e Tabatinga a Picinguaba.

Esta compartimentação foi baseada no estudo das praias, e considerou ainda os indicativos de tendências resultantes de deriva litorânea que representam a somatória de processos sedimentares ao longo de dezenas de anos nesta costa. Esta classificação da costa paulista é ainda bastante coincidente com a distribuição espacial das principais bacias hidrográficas do litoral.



Figura 10 - Mapa 9 – Geologia de Mongaguá/SP.



Segundo o Mapa Geológico de Mongaguá/SP há o predomínio da formação geológica, denominado Complexo Costeiro, com unidades de gnaisses bandados (NPccgb), formados no período Proterozóico com predomínio de rochas metamórficas, representado no mapa peça coloração roxa. Outro domínio geológico existente no município, representado pela coloração verde, trata-se da formação Cananéia (Q1cn) do período Cenozóico, caracterizado por depósitos de areia, argila, argililo siltico e siltitos arenosos com predomínio de rochas sedimentares.

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada



2.4 Geomorfologia

Geomorfologicamente, o litoral paulista está contido na unidade Província Costeira definida por Almeida (1964), IPT (1981) e Ross & Moroz (1997). A Província Costeira é subdividida nas subzonas Serrania Costeira e Baixada Litorânea, sendo que cada subzona possui características geomorfológicas próprias, refletindo as condições genéticas ligadas ao arcabouço tectônico.

Este compartimento é composto pelas praias situadas nas planícies costeiras de Itanhaém e Praia Grande. A planície costeira de Itanhaém apresenta direção aproximada de N50°E e dimensões máximas de 40 quilômetros de comprimento por cerca de 15 quilômetros de largura. Trata-se, na verdade, de uma planície costeira intercalada por morros cristalinos com diferentes faixas de sedimentação, entre o sopé da Serra do Mar e a linha de praias retilíneas. (Sant'Anna Neto, 1990). As praias apresentam características dissipativas, sendo extensas, planas, compostas por areias finas a muito finas e com larga zona de arrebentação. Neste compartimento as praias são, em geral, estáveis, regidas por uma resultante geral do transporte sedimentar rumo nordeste.

Este compartimento engloba as planícies costeiras de Itanhaém e da Praia Grande. A configuração desta planície aproxima-se de uma semi-elipse, sendo o arco dado à nordeste (NE) pelo Esporão de Mongaguá, a norte e noroeste (N e NW) por trechos da Serra do Mar e a sudoeste (SW) pelo Maciço de Itatins-Juréia. A corda da semi-elipse é dada pelo Oceano Atlântico.

O relevo da Serra do Mar e sua disposição leste-oeste constituem um obstáculo para as frentes de baixo declive, que ocorrem, normalmente, durante a primavera e o verão, contribuindo para uma maior ocorrência de frentes estacionárias (Sant'Anna Neto, 1990). Há uma diminuição progressiva das precipitações em direção a Serra do Itatins, que desvia parte dos fluxos polares, criando uma zona de sobra de chuvas na região de Peruíbe e Itanhaém. O distanciamento progressivo das vertentes serranas também contribui para a diminuição da pluviosidade neste compartimento que possui média pluviométrica anual entre 1750 a 2250 mm. Essa alternância na atuação das massas de ar faz



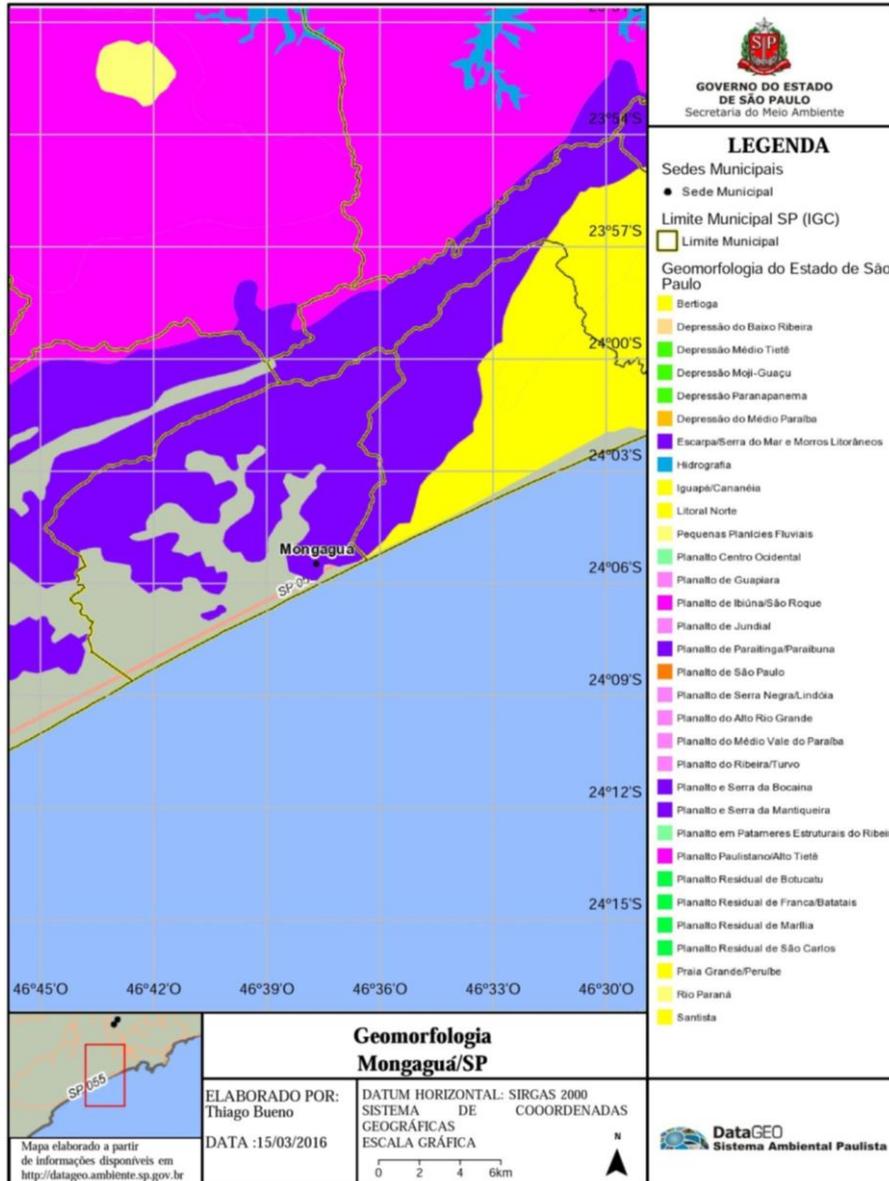
com que exista uma alternância entre o sentido geral de transporte costeiro nos dois setores deste compartimento. Na maior parte do ano, o sentido predominante de transporte é rumo SW fato este corroborado por Araújo (2000), mas segundo Ponçano et al. (1999) e Cazzoli y Goya & Tessler (2000) a resultante geral do transporte sedimentar é rumo NE, devido à ação mais rara, porém mais intensa, dos sistemas polares. Esta configuração meteorológica-oceanográfica, aliada à ausência de obstáculos ao transporte sedimentar na zona costeira, resultou na construção de praias extensas, planas, retilíneas, constituídas predominantemente por areias finas e muito finas, com características dissipativas (segundo a classificação de Wright & Short; 1983).

Estas praias apresentam bastante mobilidade de sedimentos entre os setores emerso e submerso, porém de modo geral podem ser consideradas estáveis sem predomínio de processos erosivos/ deposicionais. Este quadro geral é quebrado em caráter pontual, devido a alterações impostas pelas fozes dos rios Peruíbe e Itanhaém, obstáculos naturais como a Pedra dos Jesuítas, Morro do Paranambuco e a ponta de Itaipu, e ainda obras de engenharia situadas na região praial como a Plataforma Marítima de Pesca e o molhe na foz do rio Mongaguá.

Em síntese, o município de Mongaguá apresenta como geomorfologia Escarpas e/ou Serras do Mar e Morros Litorâneos, assim como as planícies litorâneas (Mapa 9). No mapa 10 verifica-se a altimetria do município de Mongaguá/SP e sua relação com a geomorfologia.



Figura 11 - Mapa 10 – Geomorfologia de Mongaguá/SP.

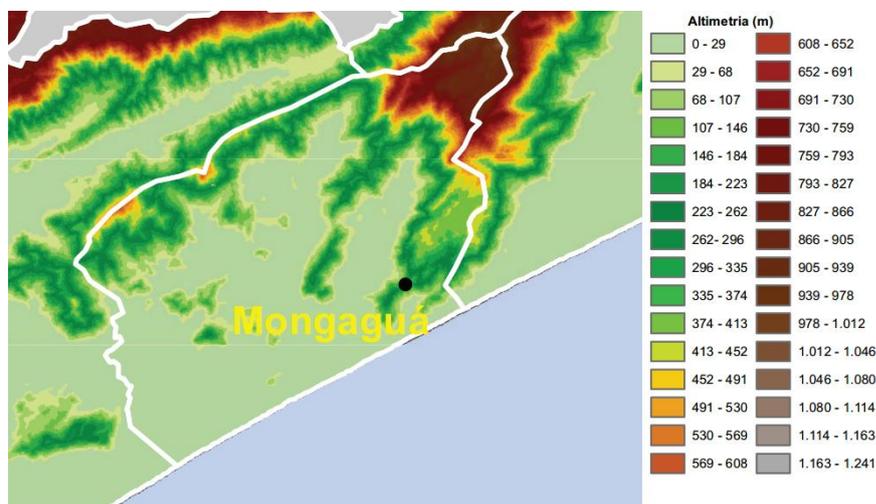


Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



Figura 12 - Mapa 11 – Altimetria de Mongaguá/SP.



Fonte: Adaptado do Plano Regional Integrado de Saneamento Básico para a UGRHI 7 (dezembro/2010).

Na Serra do Mongaguá registram-se topos arredondados, escarpas de linha de falha, afloramento rochoso e linhas de cumeada abruptas de grandes extensões. Concavidades nas vertentes predominam nesta área e vertentes retilíneas são encontradas com grande frequência.

No setor de Planície Quaternária foram identificadas áreas de sedimentação recente, a saber (Souza e Cunha, 2012):

- Acumulação Marinha (Am) formada por sedimentos predominantemente arenosos depositados por ação da deriva litorânea, marés e ondas. As áreas de Acumulação Marinha (Am) apresentam interesse turístico ao município, já que abrigam as praias de uso coletivo.

- Acumulação de Terraços Marinhos em dois níveis (Atm I e Atm II), situada acima do nível do mar e composta por sedimentos arenosos. As áreas de acumulação de terraço marinho (Atm I e Atm II) apresentam forma plana, com leve inclinação para o mar e ruptura de declive em relação à acumulação marinha atual. Campos de dunas são encontrados nos dois níveis de terraços, sendo que alguns destes campos estão arrasados pela urbanização, restando somente vestígios do

[Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada](#)

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



retrabalhamento das areias pelo vento. A transição entre Atm II e Atm I é marcada pela presença de uma ruptura topográfica, ou seja, há uma mudança nítida de um nível de terraço para outro. A presença da rodovia Padre Manuel da Nóbrega na passagem do Atm II para o Atm I dificulta precisar os limites entre estes devido a sua construção ser realizada sobre aterros que distorcem a topografia.

- Acumulação de Planície e Terraço Fluvial (Aptf), formada por sedimentos transportados pela ação das águas fluviais. As áreas de acumulação de planície e terraço fluvial (Apft) ocorrem com maior intensidade no interior do continente, margeando os rios.

- Acumulação de Planície Flúvio-Marinha (Apfm), caracterizadas como terrenos baixos com lamas de depósitos recentes, sujeitos as inundações das marés. Na transição entre cristalino e sedimentar estão as Rampas de Colúvio (Rc), constituídas de material transportado da Serra do Mar pela força da gravidade, com o auxílio do escoamento superficial. A partir das características descritas acima, constata-se que o município apresenta dois setores distintos: Sistema Serrano e Planície Quaternária ou Costeira. Apesar da diversidade de processos ocorrentes, deve-se considerar que estes sistemas estão inter-relacionados através da troca de energia e matéria de forma contínua.

2.5 Socioeconômico

Mongaguá é uma palavra indígena que, conforme o tradutor, significa: “água pegajosa” ou “montanhas que vão ao mar”. Nome dado pelos índios guaranis que viviam às margens dos rios Mongaguá e Aguapéu. No século XVI, segundo historiadores, emissários de Martim Afonso de Souza, em suas viagens pelo litoral paulista, paravam em Mongaguá para descansar. Aos poucos, foram surgindo moradores fixos e, conseqüentemente, as primeiras propriedades. Parte do território atual de Mongaguá situava-se, naquela época, na Capitania de São Vicente e outra na Capitania de Itanhaém.

Em 1776, o Sítio de Mongaguá foi arrematado em leilão público pelo coronel Bonifácio José de Andrada, pai do Patriarca da Independência, José Bonifácio de

[Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada](#)

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



Andrada e Silva. A propriedade foi vendida ao padre João Batista Ferreira (1814) e, posteriormente, a Antônio Gonçalves Nobre (1847), Manuel Bernardes Muniz (1851) e a Heitor Peixoto (1892).

Após a Segunda Guerra Mundial é que Mongaguá começou a se desenvolver. A construção da rodovia Padre Manoel da Nóbrega, ligando Mongaguá a São Paulo, deu um grande impulso ao crescimento do distrito. Em 24 de dezembro de 1948 foi criado o distrito de Mongaguá.

Com a criação do distrito de Mongaguá o desenvolvimento no setor comercial teve um grande impulso. Em 1959 Mongaguá foi elevada à categoria de cidade, pela criação do município.

A formação administrativa do município iniciou-se com o Distrito criado com a denominação de Praia Grande pelo Decreto Estadual n.º 9.775, de 30-11-1938, subordinado ao município de Itanhaém. No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o distrito de Praia Grande figura no município de Itanhaém. Pela Lei Estadual n.º 233, de 24-12-1948, o distrito de Praia Grande tomou a denominação de Mongaguá.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950 o distrito Mongaguá figura no município de Itanhaém. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955.

Elevado à categoria de município com a denominação de Mongaguá pela Lei Estadual n.º 5.285, de 18-02-1959, sendo desmembrado do município de Itanhaém. Sede no antigo distrito de Mongaguá. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1960. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960 o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.



2.5.1 População

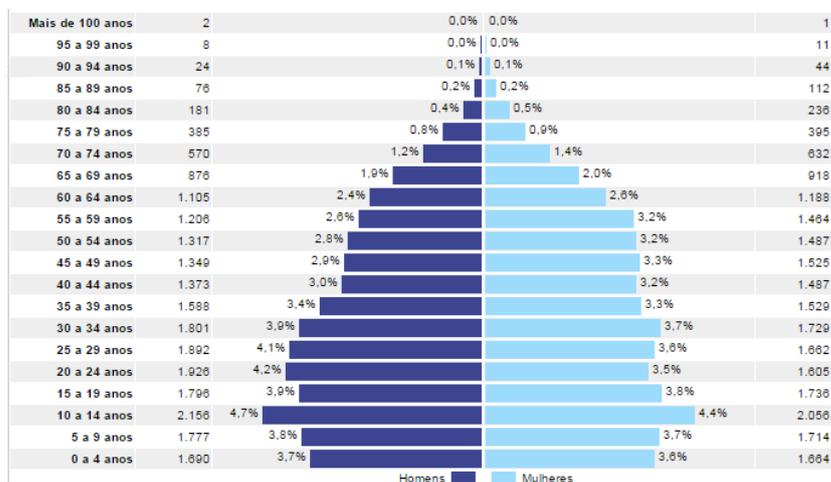
Tabela 3 – Território e População

	Ano	Município	Reg. Metr.	Estado
Área (Em km ²)	2015	141,87	2.420,50	248.222,36
População	2015	50.603	1.749.343	43.046.555
Densidade Demográfica (Habitantes/km ²)	2015	356,69	722,72	173,42
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2015	2015	1,84	1,02	0,87
Grau de Urbanização (Em %)	2014	99,56	99,81	96,21
Índice de Envelhecimento (Em %)	2015	75,50	71,73	67,2
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2015	21,20	20,29	19,63
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2015	16,01	14,56	13,19
Razão de Sexos	2015	98,41	91,97	94,8

Fonte: SEADE - Governo do Estado de São Paulo.

De acordo com o Censo de 2010 do IBGE a população de Mongaguá é estimada em 52.492 mil habitantes, tendo uma densidade demográfica de aproximadamente 141,865 habitantes/km². A pirâmide etária de Mongaguá permite deduzir que a população deste município possui uma diminuição na taxa de natalidade, sendo que grande da população se encontra economicamente ativa.

Gráfico 2 – Pirâmide etária de Mongaguá.



Fonte: IBGE, 2016b.

A dedução acima pode ser afirmada através dos dados que foram organizados pelo SEADE (2016), pois no ano de 2014 a taxa de natalidade foi de 13,89 nascimentos a cada mil habitantes e no ano de 2011 esta taxa foi de 15,37 nascimentos a cada mil habitantes, ou seja, houve uma diminuição na natalidade do município. A taxa de mortalidade infantil para o ano de 2014 foi de 8,70 mortos a cada mil nascidos vivos, se comparado com o valor do ano de 2012 que foi de 20,03 mortos a cada mil nascidos vivos, houve uma diminuição na mortalidade infantil. (SEADE, 2016).



2.5.2 Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Essa abordagem permite a interpretação de dados de qualidade de vida em uma localidade.

Mongaguá tem o IDH 0,754, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDH do município é longevidade, com índice de 0,854, seguida de renda, com índice de 0,699, e de educação, com índice de 0,719. A tabela abaixo apresenta uma comparação entre o município de Mongaguá e o Estado de São Paulo.

Mongaguá se encontra na 199ª posição do ranking do IDH do município (IDH-M), elaborado pelo PNUD.

Tabela 4 – Condições de Vida

Descrição	Ano	Município	Reg. Metr.	Estado
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza	2012	36	49	46
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade	2012	59	70	70
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade	2012	47	48	52
Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS	2012	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais.		
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	2010	0,754		0,783
Renda per Capita - Censo Demográfico (Em reais correntes)	2010	552,11	809,49	853,75
Domicílios Particulares com Renda per	2010	12,25	8,14	7,42

[Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada](#)

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



Capita até 1/4 do Salário Mínimo - Censo Demográfico (Em %)				
Domicílios Particulares com Renda per	2010	28	19,83	18,86
Capita até 1/2 Salário Mínimo - Censo Demográfico (Em %)				

Fonte: SEADE - Governo do Estado de São Paulo.

Tabela 5 - Comparação do IDH-M de Mongaguá e do Estado de São Paulo

Município	IDHM	IDHM Longevidade	IDHM Renda	IDHM Educação
Mongaguá	0,754	0,854	0,699	0,719
São Paulo	0,783	0,845	0,789	0,719

Fonte: PNUD, 2010.

2.5.3 Atividades Econômicas

Segundo levantamento realizado pelo SEADE (2016), o município de Mongaguá possui grande representatividade no setor de serviços, seguido do setor industrial e de agropecuária.

Tabela 6 – Participação (%) de Mongaguá e do Estado de São Paulo em diferentes setores da economia

Setor	Mongaguá	São Paulo
Agropecuária	1,30	1,89
Indústria	14,10	24,99
Serviços	84,60	73,12

Fonte: SEADE, 2016.

Os setores de atividades econômicas desenvolvidas em Mongaguá geraram quase 7 mil empregos formais, com salário médio de R\$ 2.024,65 mensais, podendo ser divididos conforme tabela a segu

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



Tabela 7 – Participação dos empregos formais e seus respectivos salários médios (R\$) no município de Mongaguá.

Setor	%	R\$
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	0,22	860
Indústria	4,39	2.311,59
Construção	8,07	1.464,27
Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	33,8	1.499,85
Serviços	53,51	2.421,78

Fonte: SEADE, 2016.

Tabela 8 – Emprego e Rendimento.

Descrição	Ano	Município	Reg. Metr.	Estado
Participação dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	0,22	0,20	2,28
Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	4,39	6,35	19,38
Participação dos Empregos Formais da Construção no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	8,07	6,46	5,23
Participação dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	33,80	21,59	19,72
Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	53,51	65,39	53,39
Rendimento Médio dos Empregos Formais	2014	860,00	1.556,60	1.652,59

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal,
Pesca e Aquicultura (Em reais correntes)

Rendimento Médio dos Empregos Formais da Indústria (Em reais correntes)	2014	2.311,59	5.547,79	3.194,95
-------------------------------------------------------------------------	------	----------	----------	----------

Rendimento Médio dos Empregos Formais da Construção (Em reais correntes)	2014	1.463,27	2.047,85	2.385,21
--------------------------------------------------------------------------	------	----------	----------	----------

Rendimento Médio dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (Em reais correntes)	2014	1.499,85	1.701,97	2.072,24
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------	----------	----------	----------

Rendimento Médio dos Empregos Formais dos Serviços (Em reais correntes)	2014	2.421,78	2.515,39	2.903,96
-------------------------------------------------------------------------	------	----------	----------	----------

Rendimento Médio do Total de Empregos Formais (Em reais correntes)	2014	2.024,65	2.499,64	2.740,42
--------------------------------------------------------------------	------	----------	----------	----------

Fonte: SEADE - Governo do Estado de São Paulo.

2.5.4 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma do que foi produzido em um município durante determinado período de tempo, estes valores vêm a demonstrar a capacidade competitiva das economias municipais, bem como sua composição setorial (IBGE, 2016c).

A tabela abaixo demonstra a divisão do PIB (em reais) do ano de 2013 entre os setores de Agropecuária, Indústria e Serviços, para o município de Mongaguá e o Estado de São Paulo.

Tabela 9 – PIB (em reais) de Mongaguá e do Estado de São Paulo.

Setor	Mongaguá	São Paulo
Agropecuária	8.557,46	11.265.005
Indústria	92.802,49	193.980.716
Serviços	765.089	406.723.721

Fonte: IBGE,2016a.

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



Tabela 10 – Economia.

Descrição	Ano	Município	Reg. Metr.	Estado
Participação nas Exportações do Estado (Em %)	2014	-	10,699600	100,000000
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	2012	1,30	0,28	1,87
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	2012	14,10	15,63	22,89
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	2012	84,60	84,09	75,24
PIB (Em milhões de reais correntes)	2012	14.191,70	27.907,28	40.379,00
Participação no PIB do Estado (Em %)	2012	0,040532	2,799745	100,000000

Fonte: SEADE - Governo do Estado de São Paulo.

3 POLÍTICA E SISTEMA MUNICIPAL DE TURISMO

3.1 Definição de Política e Sistema Municipal de Turismo

Dentro da gestão do Turismo, é importantíssimo que um município tenha uma política municipal de turismo e através da mesma, o sistema municipal de turismo.

A Política Municipal de Turismo é definida como uma série de diretrizes e normas, destinadas ao desenvolvimento econômico-social do Município. A Política Municipal de Turismo tem como objetivos:

- Promover e divulgar o município e seus atrativos turísticos;
- Desenvolver, ordenar e promover o potencial turístico de forma participativa e sustentável, visando a ampliação dos fluxos turísticos, o tempo de permanência e o gasto médio dos turistas no município;
- Agregar renda à economia local;

[MZ3] Comentário: Já que vai falar sobre a Política precisa checar a situação de Mongaguá quanto à esta política, fazer o recorte no Plano diretor do Município na parte sobre turismo (Bem copia e cola mesmo) pra depois entrar nessa discussão do que é proposto pela empresa e qual a situação real da política hoje)

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada



- Auxiliar na redução das disparidades sociais e econômicas, promovendo o crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda;
- Descentralizar e desconcentrar o turismo municipal, estimulando o planejamento participativo das atividades turísticas de forma sustentável e a integração com a Região Turística;
- Estimular a integração com o setor privado e o terceiro setor para a realização de parcerias necessárias ao desenvolvimento turístico;
- Orientar empreendedores e empresários e estimular a competitividade do setor por meio da melhoria da qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços e a busca da diferenciação dos produtos;
- Estimular a formação, o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação de recursos humanos para a área do turismo, bem como a implementação de políticas que viabilizem a colocação profissional no mercado de trabalho;
- Implementar a produção, a sistematização, o intercâmbio e a divulgação de informações relativas à demanda, às atividades, atrativos e aos empreendimentos turísticos instalados no município e mantê-los atualizados.

Já o Sistema Municipal de Turismo é uma ferramenta de gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área de turismo. O Sistema funciona como uma série de engrenagens, onde os atores de cada área necessitam estar em sintonia para que a “máquina” funcione corretamente.



Figura 13 - Funcionamento do Sistema Municipal de Turismo



Fonte: Urbatec, 2017.

O município de Mongaguá hoje, não possui uma política de turismo definida em lei, porém há no Plano Diretor (Vide lei nº 2.167/06) um eixo estratégico que cita em seu artigo 3º, inciso V: “Desenvolvimento integrado das diversas modalidades de turismo, incluindo o turismo praiano, ecológico, rural e cultural, como estratégia de desenvolvimento municipal”. Além disso, em seu artigo 8º, destaca-se:

O desenvolvimento integrado do turismo, presume a mobilização da comunidade e do setor privado, bem como a elaboração de políticas públicas que assegurem a requalificação da estrutura turística municipal praiana e a organização do turismo ecológico, cultural e rural, baseados na preservação do amplo patrimônio ambiental do município e na preparação do cidadão de Mongaguá, como indutor do desenvolvimento. (MONGAGUÁ. Plano Diretor de Turismo Sustentável, 2006)

O plano diretor também delimita brevemente o tipo de atividade a ser desenvolvida em cada macroárea determinada pelo PDSM, como no artigo 25, inciso II, em relação as diretrizes de uso e ocupação da Macroárea de Transição Urbano-Rural, onde a alínea f incide no incentivo do desenvolvimento do turismo rural e ecológico.

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito,
Não Itálico, Cor da fonte:
Automática

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito,
Não Itálico, Cor da fonte:
Automática

Formatado: Recuo: Primeira linha:
0 cm

[MZ4] Comentário: A referência de documentos públicos fica – NOME DA CIDADE, Nome do Documento, ano

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



Ainda no plano diretor, o artigo 32, que lista as diretrizes a serem seguidas na Macrozona de Urbanização Turística, diz em seu inciso V que uma delas é “Estimular a instalação de equipamentos e infraestrutura turística, tais como hotéis, pousadas, restaurantes e agências de turismo receptivo” (PDSM, 2016). Já no artigo 34, que lista as diretrizes a serem seguidas na Macrozona de Urbanização Central, uma das diretrizes, exposta no inciso VI é “Motivar seu desenvolvimento como pólo de turismo comercial, cultural e de lazer”.

Ao longo de todo o documento há essa ordenação sobre qual nicho deverá ser desenvolvido em cada área delimitada no Plano Diretor. Porém não há, nem no PDSM e nem em sua lei orgânica, uma lei que cria a Política Municipal de Turismo.

3.2 Diagnóstico do Processo de Gestão Atual

Hoje em Mongaguá, temos o Conselho Municipal de Turismo, instituído pela lei nº 1757, de 31 de outubro de 1997, com modificação pela lei nº 2416, de 30 de junho de 2010; o Fundo Municipal de Turismo, na forma da lei nº 2454, de 3 de março de 2011; ~~etemos~~ também a Diretoria Municipal de Turismo, conforme a lei nº 2571, de 10 de dezembro de 2012.

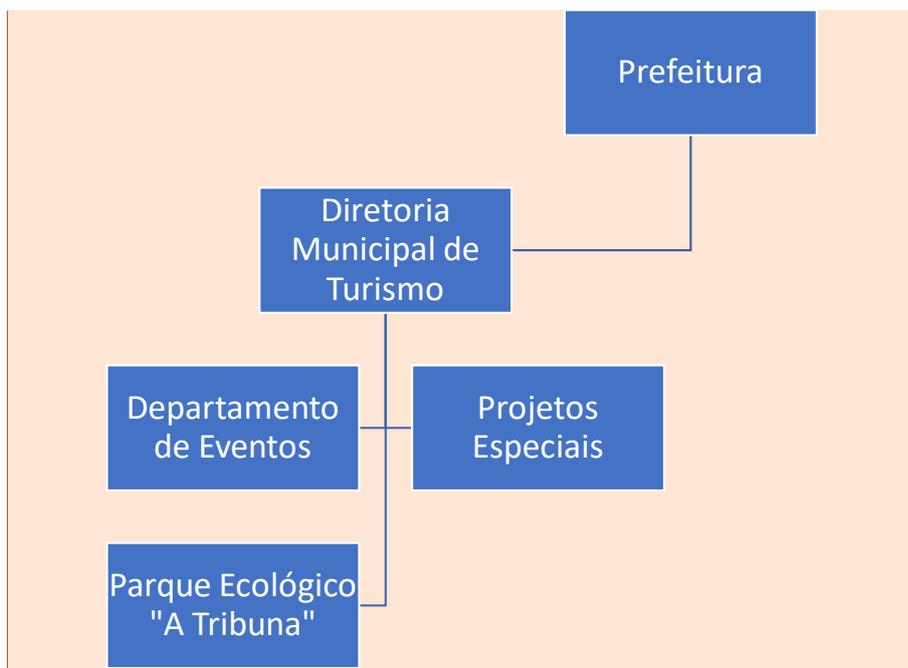
~~Na A~~ Diretoria Municipal de Turismo ~~de Mongaguá é formada por uma~~ Chefe ~~de~~ Departamento de Turismo, ~~e uma~~ Diretora Municipal de Turismo, além de três departamentos: ~~O Departamento de~~ Eventos, ~~de~~ Projetos Especiais e ~~de~~ Parque Ecológico “A Tribuna” (Vide lei 2475/11).

~~Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado~~ Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



Fluxograma 1.- Estrutura Atual da Diretoria Municipal de Turismo



Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito, Não Itálico, Cor da fonte: Automática

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito, Não Itálico, Cor da fonte: Automática

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito, Não Itálico, Cor da fonte: Automática

Formatado: Centralizado, Manter com o próximo

[MZ5] Comentário: Inserir Legenda – Fluxograma 1

Fonte: Urbatec, 2017

Figura 14 – Departamentalização da Diretoria de Turismo

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito, Não Itálico, Cor da fonte: Automática

Já no Conselho Municipal de Turismo, existe, possui a seguinte configuração: 12 membros, sendo 4 do poder público e 8 da iniciativa privada (vide lei 2416/10). Além disso, o município possui o Fundo Municipal de Turismo, criado nas formas da lei 2.454 de 3 de março de 2011.

[MZ6] Comentário: Inserir aqui ou em forma de fluxograma, ou em forma de texto a disposição dos membros do conselho hoje (Representações)

3.3 Proposta de Criação da Política Municipal de Turismo e do Sistema Municipal de Turismo de Mongaguá

3.3.1 Atores

[LFM7] Comentário: Ainda não conseguiu esta informação, é de suma importância?

[LFM8] Comentário:

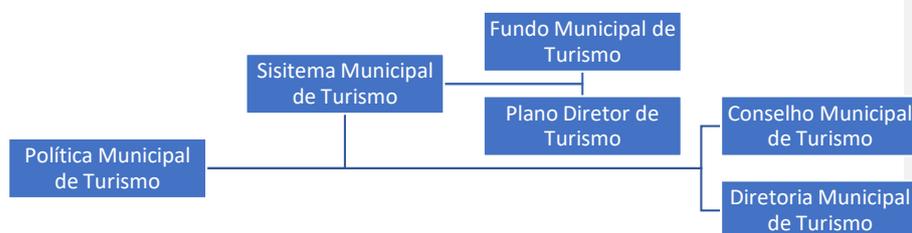
A seguir apresentaremos faremos a apresentação da atual conjuntura do Sistema Municipal de Turismo de Mongaguá e das Políticas Municipais voltadas ao Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



turismo. A partir disto é possível apresentar uma proposta sólida e viável de adaptação da Política Municipal de Turismo e incremento do Sistema Municipal de Turismo do município.

Figura 14- Política Municipal de Turismo



[M29] Comentário: Padronizar as legendas com arial 10 negrito (sem itálico) cor automática

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito, Não Itálico, Cor da fonte: Automática

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito, Não Itálico, Cor da fonte: Automática

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial, 10 pt, Negrito

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito, Não Itálico, Cor da fonte: Automática

Fonte: Urbatec, 2017

Formatado: Fonte: 12 pt, Itálico

Formatado: Normal, À esquerda

Fonte: Urbatec, 2017

Como caminho para esta Política, opta-se em constituir uma gestão compartilhada, na qual esforços públicos, privados e da sociedade civil organizada unem-se para o bom desenvolvimento da atividade turística. Na articulação dos atores envolvidos no processo de planejamento e gestão do Turismo local, retoma-se a Lei Municipal nº4700/03, de 13 de outubro de 2003, que institui o Conselho Municipal de Turismo e cria o Fundo de Desenvolvimento do Turismo.

O Conselho Municipal de Turismo, enquanto órgão colegiado, tem como objetivo auxiliar o desenvolvimento da Política Municipal de Turismo, normatizando e

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada



propondo ações que visem à qualificação do Turismo local. De acordo com sua lei de criação (1757/97) o Conselho Municipal de Turismo atuará:

Como órgão aglutinador dos esforços entre o Poder Público Municipal e a sociedade local. Terá caráter deliberativo e consultivo no assessoramento da municipalidade nas questões referentes ao desenvolvimento turístico no município de Mongaguá (MONGAGUÁ; Lei 1757, 1997)

[MZ10] Comentário: Fazer um recorte dos objetivos do conselho presentes na lei de criação.

OBS: Fazer em forma de citação

Formatado: Citação, Recuo: Primeira linha: 0 cm

[MZ11] Comentário: REFERÊNCIA

O Fundo de Desenvolvimento do Turismo tem como finalidade prover recursos à implantação de programas e a manutenção dos serviços oficiais de Turismo do Município. De acordo com a lei 2454, de 3 de março de 2011, em seu artigo 1º, o Fundo tem a finalidade de “[...] proporcionar apoio e suporte financeiro às ações municipais nas áreas de responsabilidade, da Diretoria Municipal de Cultura e Turismo”. Ainda de acordo com mesma lei, o Artigo 2º rege como será construído o fundo de acordo com os seguintes incisos:

Formatado: Normal, À esquerda, Recuo: Primeira linha: 0 cm

[MZ12] Comentário: Fazer um recorte de partes importantes da lei, que descrevam melhor o Fundo de turismo (seus objetivos e o que é prioridade de utilização com seus recursos)

OBS: fazer em forma de citação

Formatado: Fonte: 12 pt, Cor da fonte: Automática

I – Receitas provenientes de cessão de espaços públicos municipais, para eventos de cunho turístico e de negócios;

II – Rendas provenientes da cobrança de ingressos e receitas, promovidas por ações dos gestores do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR;

III – os repasses financeiros que, dentro das possibilidades do caixa geral, lhe forem feitos para propiciar a execução de despesas orçamentária não suficientemente cobertas pelos recursos elencados neste artigo;

IV – Doações de pessoas físicas e jurídicas, de organismos governamentais e não governamentais, nacionais ou estrangeiras, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

V – Contribuições de qualquer natureza, destinadas ao fomento de atividades relacionadas ao turismo, sejam públicas ou privadas;

VI – Recursos provenientes de convênios destinados ao fomento de atividades relacionadas ao turismo, celebrado com o Município;

VII – produto de operações de crédito, realizadas pelo Município, observadas a legislação pertinente e destinadas a este fim específico;

VIII – rendas provenientes da aplicação financeira de seus recursos disponíveis, no mercado de capitais;

IX – Outras rendas eventuais.

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada



Parágrafo único. Os recursos descritos neste artigo serão depositados em conta especial a ser abertura e mantida em instituição financeira oficial, sob a denominação de "Fundo Municipal de Turismo".

Em relação à aplicação dos recursos do fundo, a seção III da lei de criação determina em seu artigo 4º que:

Os recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR serão exclusivamente aplicados em:

I – Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas, de direito público e privado, para a execução de programas e projetos específicos do setor turismo;

II – Aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos diretamente ligados ao turismo;

III – Financiar total ou parcialmente, programas e projetos de turismo, através de convênio;

IV – Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de turismo;

V – Aplicação de recursos em quaisquer projetos turísticos e de eventos de iniciativa do Conselho Municipal de Turismo – CONTUR e Diretoria Municipal de Cultura e Turismo, que desenvolvam a atividade turística, no Município de Mongaguá.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, para quaisquer finalidades, fica condicionada ao comprovado atendimento ao disposto no artigo 6º desta Lei.

Já a Diretoria – Secretaria de Município de Turismo de Mongaguá tem por finalidade o planejamento, a articulação, a coordenação, a execução e a avaliação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do Turismo no município e, de forma integrada, na região.

As ferramentas e instrumentos que o Sistema Municipal de Turismo usará para cumprir com a Política Municipal de Turismo e seus objetivos são o Fundo Municipal de Turismo, para que possa agilizar e facilitar a gestão da Diretoria e do Conselho. Porém é preciso estruturar melhor a composição destes atores principais, Diretoria e Conselho, como será proposto a seguir.

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Citação, À esquerda, Recuo: Primeira linha: 0 cm

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



O próprio Plano Diretor de Turismo se transforma na política municipal de turismo, devido aos estudos técnicos os quais embasam as diretrizes, propostas e planos de ações, é o documento mais completo com a proposta de nortear as ações a serem aplicadas no desenvolvimento da atividade turística em determinado período de tempo. Desta forma orienta-se que este seja regulamentado por lei, instituindo, desta forma, uma política municipal de turismo eficaz e sólida.

O próprio Plano Diretor de Turismo se transforma na política municipal de turismo, devido aos estudos técnicos os quais embasam as diretrizes, propostas e planos de ações, é o documento mais completo com a proposta de nortear as ações a serem aplicadas no desenvolvimento da atividade turística em determinado período de tempo. Desta forma orienta-se que este seja regulamentado por lei, instituindo, desta forma, uma política municipal de turismo eficaz e sólida.

3.3.1.1 .Diretoria Municipal de Turismo

É de suma importância que a Diretoria tenha departamentos e pessoal capacitado para as mais diversas áreas da gestão pública do turismo, visto que a atividade turística é intrinsecamente multidisciplinar. Por isso, propomos a estruturação da seguinte maneira:

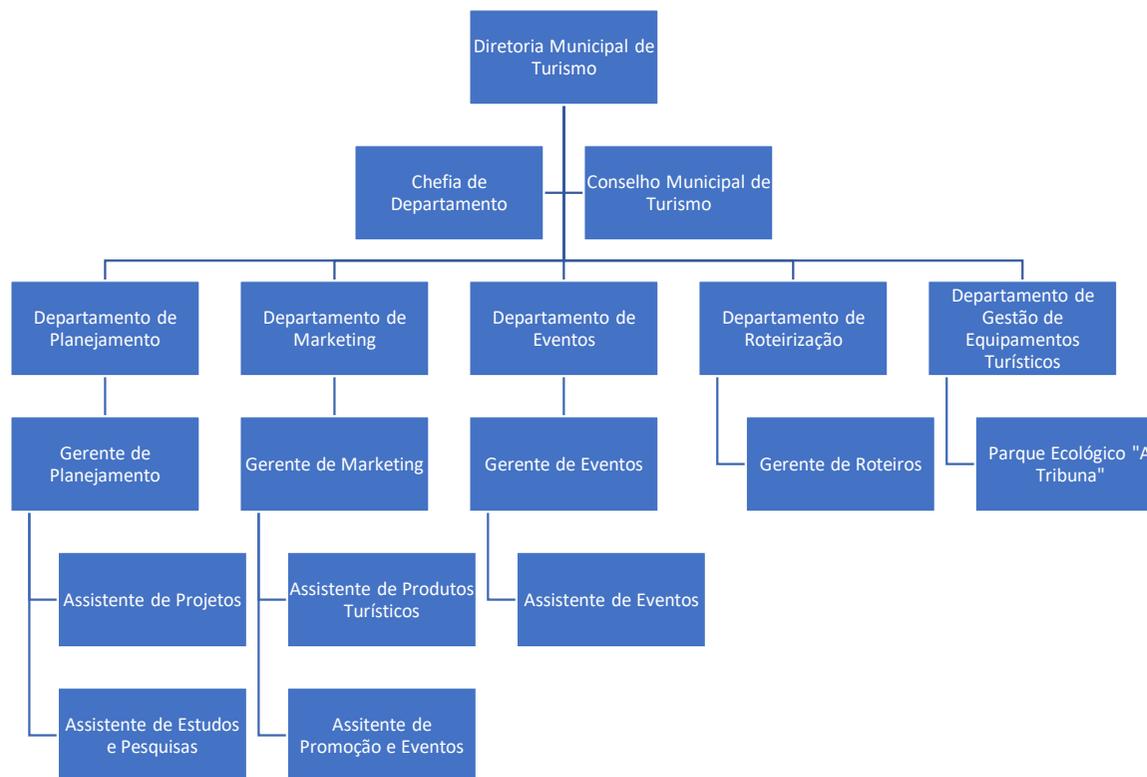
[Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado](#)[Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada](#)

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



Figura 16 – Proposta de Organograma da Diretoria de Turismo

Fluxograma 2 - Proposta de Organograma da Diretoria de Turismo



Formatado: Justificado

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito, Não Itálico, Cor da fonte: Automática

Formatado: Centralizado, Manter com o próximo

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito, Não Itálico, Cor da fonte: Automática

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito, Não Itálico, Cor da fonte: Automática

Formatado: Fonte: 10 pt, Não Itálico, Cor da fonte: Automática

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada



Fonte: Urbatec, 2017

~~Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado~~ Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



Como podemos ver ~~na figura 3 no Fluxograma 2, propomos é imprescindível~~ a criação de novos departamentos dentro da Diretoria de Turismo para que esta funcione nas mais diversas áreas possíveis que o turismo impacta, cumprindo com as propostas de uma Política de Turismo sólida, desenvolvendo de maneira sustentável o município em questão. Portanto, a seguir iremos detalhar todas as funções e dos cargos exemplificados acima:

Formatado: Normal, Recuo:
Primeira linha: 1,25 cm

~~Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado~~ Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 9 pt, Não
Negrito



Tabela 11 - Setores, funções e cargos da Diretoria de Turismo

Diretoria Municipal de Turismo		
Setor	Função	Cargos
Diretoria de Turismo	Planejar, coordenar, implantar e acompanhar políticas públicas de promoção do turismo; captar recursos para financiamento de projetos relativos ao desenvolvimento turístico; apoiar o turismo; interagir com os municípios da região visando à concepção, promoção e implementação de políticas de desenvolvimento turístico, em especial as relacionadas ao turismo integrado; produzir pesquisas relacionadas a atividade turística do município.	- Diretor Municipal de Turismo - Chefe de Departamentos de Turismo
Departamento de Planejamento	Responsável pela elaboração de pesquisas; análise de projetos; apoio à gestão do turismo.	- Gerente de Planejamento - Assistente de Projetos - Assistente de Estudos e Pesquisa
Departamento de Marketing	Divulgar a cidade e seus atrativos; criar e fornecer material de divulgação; elaborar estratégias de marketing do município.	- Gerente de Marketing - Assistente de Produtos Turísticos - Assistente de Promoção e Eventos

[MZ13] Comentário: Falta Fonte lá embaixo

Formatado: Fonte: 9 pt

Formatado: Fonte: Não Itálico, Cor da fonte: Automática

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



Departamento de Eventos	Apoiar eventos realizados na cidade; elaborar o calendário anual de evento da cidade; fomentar e captar eventos; manter contato com o Santos e Região Convention & Visitors Bureau	- Gerente de Eventos - Assistente de Eventos
Departamento de Roteirização	Criar e manter roteiros integrados com outras cidades da região.	- Gerente de Roteiros
Departamento de Gestão de Equipamentos Turísticos	Coletar e analisar informações referentes a impactos ambientais causados pela atividade turística, gestão do Parque Ecológico “A Tribuna”; Contato com as Unidades de Conservação e Terras Indígenas da cidade e seus respectivos órgãos mantenedores.	- Gerente de Gestão de Equipamentos Turísticos - Gestor do Parque Ecológico “A Tribuna”

Fonte: Urbatec, 2017



3.3.1.2 Conselho Municipal de Turismo

~~É importante que no~~ Em um conselho bem estruturado e atuante, estejam ~~representados~~ todos os setores que formam o trade turístico possuem participação assegurada. Além disso, é importante que participem também outros setores da esfera pública, que ~~complementam~~ complementem a atividade turística em si, como por exemplo representantes de outras secretarias.

Assim, sugere-se que o Prefeito indique para compor o Conselho, representantes da Diretoria de Turismo, bem como de Diretorias relacionadas a outras áreas de atuação que interagem diretamente com a atividade turística. Recomenda-se também fazer parte do Conselho o Delegado de Polícia Civil, o Comandante da Polícia Militar da área, Vereadores que representem a Câmara Municipal, Lideranças Religiosas, ~~ete~~ entre outros.

Além dos membros ~~efetivos~~ titulares e suplentes, é interessante incentivar a participação de convidados, principalmente quando estiver em pauta assuntos específicos, ~~a presença de convidados podem~~ presença de convidados pode facilitar as discussões e entendimentos como, por exemplo, poderão ser convidados para tratar dos mesmos os responsáveis por parques e jardins; funcionários de museus, teatros, sinalização, feiras ou eventos locais, lojistas, entre outros. ~~Destaca-se~~ É válido ressaltar que ~~os~~ convidados não possuem direito de voto, mas podem participar normalmente das atividades do Conselho e fazer comentários quando lhe for dada a palavra.

~~Portanto,~~ Baseado na conjuntura atual do conselho, a seguir propomos a seguinte reformulação para ~~a seguinte~~ sua configuração:

~~Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado~~ Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada



Figura 15 - Configuração do Conselho Municipal de Turismo

- Comandante da Polícia Militar
- Delegado da Polícia Civil
- Agência de Viagens
- Estabelecimentos de Alimentação
- Estabelecimentos de Hospedagem
- Atrativos e outros Equipamentos Turísticos
- Setor de Transporte
- Santos e Região Convention & Visitors Bureau
- Associação Comercial
- Lions/Rotary
- Diretoria de Turismo
- Diretoria Municipal de Serviços de Trânsito
- Diretoria de Cultura
- Diretoria de Esportes

Fonte: Urbatec, 2017

Como podemos ver na Figura 15, recomendamos uma série de representações para integrar o Conselho Municipal de Turismo. Considerando o turismo uma área multidisciplinar, propomos algumas representações fora do trade turístico. É interesse ter presente o Comandante da Polícia Militar da Região, bem como o Delegado da Polícia Civil para agregar conhecimento, facilitar programas de segurança pública, viabilizar fechamento de vias públicas e acompanhamento policial em eventos quando possível, entre outros. Também é interessante estar presente representantes de outras pastas correlatas, como Trânsito, Cultura e

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

[MZ14] Comentário: Falta Fonte (conferir todas as imagens)

Formatado: Fonte: 10 pt

Formatado: Fonte: 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: 10 pt, Não Itálico, Cor da fonte: Automática

Formatado: Fonte: 10 pt

Formatado: Normal, Recuo: Primeira linha: 1,25 cm

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



Esportes, sabido que estas áreas mantêm estreita relação. Reiteramos também a participação do Santos e Região Convention & Visitors Bureau, visto que o município de Mongaguá está inserido neste órgão.

3.3.2 Diretrizes

A Política Municipal de Turismo e conseqüentemente o Sistema Municipal de Turismo ~~terão~~ devem tomar como base as seguintes diretrizes:

- Visão Sistêmica: Uma abordagem do turismo que propicie a integração do desenvolvimento turístico do município;
- Sustentabilidade: Através do turismo, atingir a eficiência econômico, bem-estar social, propagação de cultura, a proteção e conservação do meio ambiente, bem como ajudar nas atividades de Educação Ambiental presentes no município;
- Parcerias: Por meio da gestão compartilhada, estabelecer o diálogo e parcerias entre os setores público, privado e a sociedade civil organizada, criando uma convergência de ideias para alcançar as metas traçadas no Plano Diretor de Turismo;
- Qualidade: Desenvolvendo políticas que fomentem e fiscalizem os padrões de qualidade da oferta turística;
- Inclusão Social: Garantindo o acesso de um maior número de pessoas ao turismo, tanto na prática em si, bem como se beneficiando de seus resultados diretos e indiretos, criando assim uma nova oportunidade de geração de renda;
- Mobilização: Aumentar a participação dos atores envolvidos na prática da atividade turística também na gestão da mesma.
- Capacitação: Buscando melhorar a qualificação profissional de todos aqueles envolvidos na atividade turística da cidade, seja da esfera pública ou privada, assumindo que uma melhor compreensão técnica e teórica da atividade turística e suas causas e conseqüências, trarão uma nova perspectiva do

~~Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado~~ Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

[MZ15] Comentário: Fazer um parágrafo explicando quais as inclusões e como elas podem agregar conhecimento ao conselho e suas decisões.

EX:

Comandante da Polícia Militar, podendo agregar conhecimento, facilitar programas de segurança, viabilizar fechamentos de rua e acompanhamento policial à eventos públicos ou particulares apoiados pelo conselho, entre outros.

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



turismo, fazendo com que a qualidade dos serviços prestados seja melhorada;

- Inovação: Buscando de maneira constante elementos inovadores na gestão para criar soluções, agregar valor e reduzir gastos públicos com práticas novas e eficientes que demandem menos recursos públicos.

Através destas diretrizes, busca-se uma maior participação de toda a sociedade, diretamente ou indiretamente ligadas ao turismo ~~ou não~~, na gestão da atividade turística da cidade de Mongaguá. É a Política Municipal de Turismo que norteará as ações tomadas pelo poder público para que as metas e projetos propostos no Plano Municipal de Turismo sejam realizados. Assim sendo, o Sistema Municipal de Turismo tem como função garantir que as metas sejam atingidas sempre dentro das diretrizes aqui propostas, através da sistematização do processo de tomada de decisões dentro da gestão da atividade turística.

[MZ16] Comentário: Alguma citação sobre o planejamento e políticas públicas aqui neste ponto para incrementar a discussão, pode ser um link com o parágrafo logo abaixo

[MZ17] Comentário: Pode ser feito um fluxograma cíclico para representar a dinâmica entre Política Municipal, Sistema Municipal (agentes envolvidos) e Planejamento do Turismo

[LFM18] Comentário:

~~Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado~~ Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACARENZA, M. A. **O turismo e o desenvolvimento nacional**. In: _____.
Administração do Turismo. Bauru: EDUSC, 2002.

CARDOZO, P. F. **Metodologia de Estudo da Oferta Turística**. 2007. Disponível em
< <http://www.partes.com.br/turismo/metodologia.asp>> Acesso em: 08 Mai 2017

CAZZOLI Y GOIA, S; TESSLER, M. G. **Variações morfológicas espaço-temporais entre praias de Cibratel e Itanhaém-Suarão, Estado de São Paulo**. Instituto Oceanográfico da USP: 2000.

COOPER, C. **Turismo princípios e práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

DIAS, R. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

FOGAÇA, I. F. **Gestão de destinos turísticos**: Um ensaio à discussão dos papéis do poder público, iniciativa privada e sociedade civil para um turismo consistente. Trabalho apresentado no V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Caxias do Sul: 2008.

HALL, C. M. **Planejamento Turístico**: políticas processos e relacionamentos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004

IGNARRA, L. **Fundamentos do Turismo**. 2ed. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

LICKORISH, L. J; JENKINS, C. L. **Introdução ao Turismo**. Tradução: Fabíola de Carvalho Vasconcelos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MONTEJANO, J. **Estrutura do mercado turístico**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2001.

PETROCCHI, M. **Turismo**: planejamento e gestão. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

[Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada](#)

Formatado: Fonte: 9 pt, Não Negrito



ROSS, J. L. S; MOROZ, I. C. **Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo**. Laboratório de Geomorfologia. São Paulo: Departamento de Geografia – FFLCH – USP/Laboratório de Cartografia Geotécnica – Geologia Aplicada – IPT/FAPESP (Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), 1997. (Mapas e Relatórios)

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável**. 8 ed. São Paulo: Papirus, 2001.

SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em: Mai. 2017.

SILVA, M. G. L. **Cidades Turísticas**: identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph, 2004.